



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

NEYLLA BOMFIM OLIVEIRA MAIA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PERSPECTIVA DE
MUDANÇA NO ÂMBITO ESCOLAR**

Amargosa/BA
2018

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PERSPECTIVA DE MUDANÇA NO ÂMBITO ESCOLAR

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com requisito para obtenção do título acadêmico de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Thereza Cristina Bastos de Oliveira.

Amargosa/BA
2018

NEYLLA BOMFIM OLIVEIRA MAIA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PERSPECTIVA DE MUDANÇA
NO ÂMBITO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia no Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito obrigatório para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 27/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Thereza Bastos

Prof^a. Dr^a. Thereza Cristina Bastos de Oliveira (Orientadora)
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Mariciele

Prof^a. Dr^a. Maria Eurácia Barreto de Andrade
Doutora em Educação pela Universidad Americana (UA)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

FABIANA Santos

Prof^a. Dr^a. Fabiana Rodrigues dos Santos
Doutora em Ciências pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo (FMRP-USP)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

DEDICATÓRIA

Quero *agradecer*, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada, por ter me capacitado e guardado todos os meus dias de idas e vindas e pelos obstáculos que não foram poucos, mas venci.

Ao meus esposo Oldaque Maia e meus filhos Rodrigo Maia e Isaque Maia por me entenderem e compreenderem a minha ausência todas as noites nos horários de culto na qual realizamos juntos com diálogos e aconchego em casa sobre nosso dia, no apoio dado em toda essa jornada que se não fossem a ajuda deles teriam sido dias difíceis e duro de suportar. Quando pensava em desistir eles estavam sempre ali com uma palavra de apoio, animo e uma ajuda. Obrigada minha família, meu bem maior.

E não deixando de *agradecer* de forma grata e grandiosa a minha mãe Neusa de Souza a quem eu rogo todas as noites a minha existência.

À professora e Dr^a. Thereza Bastos de Oliveira, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos meus amigos, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhora tudo o que tenho produzido na vida.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

*BENDIZE, Ó MINHA ALMA, AO SENHOR, E NÃO TE ESQUEÇAS DE
NENHUM DE SEUS BENEFÍCIOS.*

SALMOS 103:2

MAIA, Neylla Bomfim Oliveira. **Educação inclusiva: uma perspectiva de mudança no âmbito escolar.** Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Formação de Professores. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa, 2018.

RESUMO

A inclusão escolar de alunos com deficiência é um processo inovador que percorre em constante desenvolvimento. Desse modo, é um desafio a ser enfrentados por todos, mas é bom ressaltar que existem pessoas comprometidas com a inclusão e que lutam para que ela realmente aconteça. Portanto, este é um dos pontos presente do estudo: a inclusão de alunos com deficiência na classe regular. Este trabalho monográfico tem como objetivo compreender o processo de inclusão escolar na perspectiva dos autores Maria Tereza Mantoan, Hugo Otto Beyer e Rosita Edler Carvalho e analisar as mudanças necessárias para uma escola inclusiva. A metodologia utilizada para realização deste trabalho se pautou em uma revisão bibliográfica das obras dos autores mencionados anteriormente. Com esta pesquisa busca se compreender o que é de fato a inclusão escolar para crianças com necessidades educacionais especiais, a partir do processo de democratização da educação o ensino foi universalizados para todos, onde em outros tempos a escolarização era privilégio de um grupo, contudo ainda continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões normais da escola.

Palavras-chave: Alunos com deficiência; inclusão; escola regular;

MAIA, Neylla Bomfim Oliveira. **Inclusive education: a perspective of change in the school environment.** Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Formação de Professores. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa, 2018.

ABSTRACT

The school inclusion of students with disabilities is an innovative process that is constantly under development. In this way, it is a challenge to be faced by all, but it is good to point out that there are people committed to inclusion and struggling to make it happen. Therefore, this is one of the study's present points: the inclusion of students with disabilities in the regular class. This paper aims to understand the process of school inclusion in the perspective of the authors Maria Tereza Mantoan, Hugo Otto Beyer and Rosita Edler Carvalho and to analyze the changes necessary for an inclusive school. The methodology used to lead out this work was based on a bibliographical review of the authors' works previously mentioned. This research seeks to understand what school inclusion is indeed for children with special educational needs. From the process of democratization of education the teaching was universalized for all, where in other times schooling was the privilege of a group, however still continue to exclude individuals and groups considered outside the normal school standards.

Keywords: Students with disabilities; inclusion; regular school;

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

CFP – Centro de formação de professores

LDB – Lei de Diretrizes e Base

MEC – Ministério da Educação

PNE – Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

PPP – Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MARIA TEREZA EGLÉR MANTOAN	13
2.1 A inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?	13
2.1.1 Inclusão escolar: o que é?	13
2.1.2 Integração ou inclusão?	17
2.1.3 Inclusão escolar: por quê?	19
2.2 A questão da identidade x diferença	19
2.3 Inclusão escolar: como fazer?	20
2.4 Breve conclusão	22
3. HUGO OTTO BEYER	24
3.1 Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais	24
3.2 Educação especial e inclusão: um olhar sobre a história e os paradigmas	25
3.3 A inclusão na escola regular: ideias para implementação	28
3.4 A primeira condição: individualização do ensino	28
3.5 Uma revisão nas experiências de integração escolar: aspectos decorrentes	31
3.6 Uma escola para todos: do que estamos falando?	35
4. ROSITA EDLER CARVALHO	39
4.1 Reflexões sobre a leitura da obra: Os Pingos Nos “Is”, de Rosita Edler (2004)	39
4.1.1 Educação Inclusiva	39
4.1.2. A função da escola na perspectiva da educação inclusiva	45
4.1.3 Removendo barreiras para a aprendizagem e para a participação na educação inclusiva.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

A produção desse trabalho de conclusão de curso segue em um processo de leitura sistemática de diversas obras, tais como: “Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?” de autoria da Profª Dr. Maria Teresa Eglér Mantoan, 2003; “Inclusão e Avaliação na Escola de aluno com necessidades educacionais especiais” do Profº Hugo Otto Beyer, 2005; e “Educação Inclusiva com os pingos nos "is”, da Profª Rosita Edler Carvalho, 2004.

Esse procedimento favorece a organização das ideias e buscam extrair de cada obra lida aspectos capazes de configurar um pensamento acerca da educação inclusiva.

Durante o processo de leitura desse texto monográfico, foi possível observar conteúdos que se repetem, com o objetivo de verificar os mesmos conceitos extraídos de autores distintos e confrontá-los a fim de poder expressar sobre o objeto de estudo em foco.

As legislações específicas foram baseadas em dois paradigmas: a Integração e suas estruturação como ensino aprendizagem e a Inclusão.

Percebi que inúmeros aspectos do primeiro paradigmas: a integração mantem acesso como norteador para o paradigma da inclusão. Tal característica se justifica também porque a LDB 9394/96 é o norte! A lei maior que regulamenta a Educação em ambos paradigmas.

A educação inclusiva está voltada para os direitos humanos que relacionam a diferença e igualdade como valores inseparáveis. O sistema educacional na perspectiva da educação inclusiva requer que a escola seja repensada para que possa atender as especificidades de todos os alunos. Sua organização passará por mudança estrutural e cultural, para que alcance um resultado qualitativo para todos.

Justifica-se a escolha deste tema como forma de compreender como ocorre a inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino, perante uma sociedade que visa padrões que acabam excluindo aquele que fogem dos seus padrões tidos como fixos para todos.

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo compreender o processo de inclusão escolar na perspectiva dos autores Maria Tereza Mantoan, Hugo Otto Beyer e Rosita Edler Carvalho, analisar as mudanças

necessárias para uma escola inclusiva e responder aos seguintes questionamentos: é possível incluir crianças com deficiência na rede regular de ensino e garantir uma aprendizagem de qualidade? O que é, de fato a educação inclusiva?

A discussão teórica que norteiam as considerações empregadas nesta revisão bibliográfica é dividida em três capítulos e tem como referência os autores: Mantoan (2003), que descreve a inclusão como uma mudança de perspectiva educacional, que atinge não apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral; Hugo Beyer (2005), que defende que a principal condição para uma educação inclusiva é uma nova forma de pensar: a certeza de que os alunos são sempre diferentes entre si e de que todos são especiais; e Edler (2004), que se propõe a colocar os pingos nos "is" nas discussões sobre inclusão escolar, defendendo a reestruturação das culturas, das políticas e das práticas escolares até então predominantemente elitistas e excludentes. Para incluir um aluno com necessidades especiais nas escolas, há necessidade de se criarem mecanismos para que ele interaja com seus colegas e professores e tenha acesso pleno a uma aprendizagem positiva.

2 MARIA TEREZA EGLÉR MANTOAN

Pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, iniciou sua carreira ainda na sua juventude aos 17 anos de idade passando por muitas experiências, onde ensinou crianças, jovens e adultos em escolas regulares e especiais. Suas obras são voltadas para os direitos à educação escolar dos alunos em todos os níveis. A autora Mantoan declara o amor pelo outro no ato de ensinar afirmando ser uma expressão de amor verdadeiro pelo outro, pois educar é empenhar-se por fazer o outro crescer, desenvolver-se e evoluir (Mantoan, 2003). Sua obra foca o aprender e o ensinar em uma escola aberta que respeite as diferenças de cada aluno, propondo uma educação que acolha todos sem discriminação. A autora também discute as razões pelas quais esse tema tem sido proposto, quem são seus beneficiários e encerra apontando diversos caminhos para que consiga alcançar uma inclusão em sala de aula em todos os níveis de ensino.

Na realidade escolar atual, é preciso muita luta para alcançar a inclusão destas crianças em uma sociedade que precisa reconhecer e respeitar as diferenças dos outros. A inclusão é possível, mas requer muito além do que já tem vivido. Sabe-se que a inclusão é um processo de mudanças e adaptações que envolvem a formação dos profissionais, a estrutura do ambiente, o preparo para lidar com a diversidade e dentre outras questões.

2.1 A inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?

2.1.1 Inclusão escolar: o que é?

Segundo Mantoan (2003), o processo de mudanças no âmbito da educação acontece em diversas formas, inclusive os paradigmas que norteiam a educação especial que envolve toda classe pedagógica. Muitas vezes essas mudanças ocorrem de maneira a envolver e conviver com modelos e costumes novos a serem seguidos, mas que na prática precisa de muito empenho ainda

para sua efetivação. Com isso as mudanças acabam chocando, por ser algo novo e às vezes radical em vista da realidade vivida, por ser algo novo exige uma transição dos antigos costumes e hábitos. O novo vem com exigências de novos conhecimentos e mais dedicação, e esses conhecimentos, no entanto não são logo colocados em prática por falta de maiores conhecimentos e esclarecimentos. A inclusão impacta em toda estrutura educacional para que haja realmente a prática de incluir e respeitar as diferenças. Dessa maneira Mantoan define a inclusão como:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (MANTOAN, 2003, p. 32).

O novo acaba sendo aplicado de forma irregular, ou até mesmo colocado de lado por exigir mais. As escolas, no caso do processo da educação inclusiva, precisam se adaptar às novas regras e sugestões para atender todas as crianças, seja elas com necessidades educacionais especiais ou não. O direito a escola é para todas as crianças por isso é a escola que deve mudar para recebê-las. No entanto, conforme afirma Mantoan (2003):

O direito à educação é indisponível e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensinamentos à parte para os mais ou menos privilegiados (MANTOAN, 2003, p.8).

Segundo essa concepção a educação inclusiva deve acolher a todos, portanto a escola deve ter como objetivo central a formação integral dos alunos visando trabalhar as suas limitações e suas capacidades. As mudanças propostas na perspectiva da educação inclusiva geram novos conceitos que definem novos paradigmas. Esses conceitos podem ser radicais para alguns devido às mudanças que são como revoluções, já para outros as modificações exigirá uma maior atenção daqueles que estavam acostumados a outra forma de conceber o ensino. As adaptações acontecem gradativamente e nem sempre são bem colocadas por falta de costumes e treinamentos específicos. No entanto, com dedicação das pessoas pode sim chegar ao esperado e desejado conforme pauta na legislação que rege a Educação inclusiva. O novo,

sempre causa insegurança principalmente quando as condições da realidade são adversas, e vividas no momento onde haja o recorte, a separação entre o “normal” e o “diferente”, novo. No que diz respeito a paradigmas Mantoan define como:

Um conjunto de regras, crenças, normas, valores princípios que são partilhados por um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até entrarem em crise, porque não nos satisfazem mais, não dão mais conta do problema que temos que solucionar (MANTOAN, 2003, p.11).

Os conflitos e reações aparecem a partir das mudanças e a escola que é vista como exemplo de formalidade nos seus itens a serem seguidos como na organização da estrutura, nas grades curriculares e dentre outros aspectos que envolvem o espaço escolar não podendo ocorrer uma ruptura nestas bases de organizações. A inclusão vem para romper com certos preconceitos e com objetivo que a escola possa atender todas as crianças sem discriminação. Entende-se que a inclusão como paradigma visa dá oportunidade de todos estarem juntos respeitando as diferenças de cada um, dando a chance, a crianças com necessidades educacionais especiais, do convívio e de compartilhar experiências com outras crianças. A luta por uma educação igual a todos e para todos traz diversas polêmicas, pois é preciso viver e fazer o novo a todo instante, sendo capaz de transformar o universo de conhecimentos em prática e também transformar obstáculos que parecem inicialmente como difíceis de ser transformado, aquilo que achamos que não podemos fazer.

É possível identificar que a educação inclusiva é uma educação voltada para todos os alunos e que não se limita em ajudar só crianças que tem dificuldades na escola, mas acolhe a todos. O ensino na perspectiva inclusiva tem em vista trabalhar com uma equipe de profissionais que abrange um trabalho coeso no processo de combinar o fazer pedagógico com as necessidades de cada aluno adaptando as demandas para obter bons resultados. A escola ainda não está afastada da crise de paradigmas, porque a exclusão escolar acontece das mais diversas maneiras através da não aceitação do diferente, da discriminação do preconceito que se manifesta tais como atitude que se tornam perversas, sendo que, quem sofre são os alunos por serem considerados como maior problema. A escola erra quando pensa em transformar o aluno ao invés de tentar mudar e procurar novas ações para que

o acolhimento seja satisfatório para todos. A crise de paradigmas atinge toda sociedade. Com tudo a escola precisa passar pelo processo de mudanças para que ao receber esses alunos consiga dá um bom retorno, resposta educativa correspondente com a realidade dos alunos recebidos. É notório que toda criança que foge do “padrão escolar” e das “normas” passa a ser caracterizadas como problemáticas se constituindo como um desafio a ser enfrentado. Essa condição é demonstrativa de que a escola não está pronta pedagogicamente e estruturada para acolher as mudanças exigidas. Com isso, surgiu o preconceito escolar que tem se tornado algo tão comum no sistema de ensino e que não pode prevalecer, sendo que esse preconceito já está estabelecido, onde a sociedade rotula os alunos. Mantoan nos relata que esse modelo educacional está em fracasso.

Nosso modelo educacional mostra há alguns tempos sinais de esgotamento, e nesse vazio de idéias, que acompanha as crises paradigmáticas, é que surge o momento oportuno das transformações (MANTOAN, 2003, p.12).

O paradigma da inclusão visa as características humanas que envolvem o cotidiano, a cultura e o social, procurando não mais ignorar os acontecimentos dos seus alunos e aprender a lidar com as diferenças no processo de cada aluno. Sabe-se que exclusão existe e é um fato que precisa ser trabalhado no sistema educacional. A situação de exclusão acontece com algumas crianças por ignorarem os conhecimentos que são valorizados e predominados pela sociedade deixando de lado os novos conhecimentos.

A escola democratizou um sistema de ensino onde as diferenças não são dialogadas e não se abre a um novo conhecimento que se adegue dentro dela. Existem barreiras no sistema de ensino que impedem a inovação da escola por haver pensamentos subdivididos. A organização que separa os conhecimentos por disciplinas deixam de reconhecer o caráter multidimensional dos problemas.

O modelo de escola já está moldado pela sociedade, como um modelo de ensino que recorta a realidade dos alunos, deixando o ensino fragmentado, ou seja, que não dão as resposta necessárias. A partir do pensamento recortado surgem as divisões preconceituosas, inclusive na modalidade de

ensino, onde são divididas as classes em regular e especial, sendo uma organização definida que ignora o novo e resiste em romper com o modelo velho, por saber que exigirá esforço, preparação e dedicação de tudo e todos. A escola deve ser inclusiva e humanista, onde seu foco seja a formação de seres humanos e não a reprodução daquilo já existente. Mantoan define o que uma escola inclusiva precisa: “[...] precisa que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças” (MANTOAN 2003,p.14).

Observa-se na definição da autora que a escola para ser inclusiva precisa estar livre do preconceito e que trabalhe com as diversidades, com o multiculturalismo e que tenha como princípio os fundamentos à dignidade humana de cada aluno sem discriminar por conta de suas limitações ou dificuldades. Alguns avanços são perceptíveis com a presença dos alunos com necessidades educacionais especiais nos espaços escolares, mas precisam ser mais efetivos. Nota-se que muitas escolas ainda trabalham de forma que não valorizam as diferenças. As escolas ao inserirem alunos com deficiência numa sala de aula regular juntamente com outras crianças dão a oportunidade da socialização. No entanto, se os professores não adotarem práticas que favoreçam as interações de maneira que aceite mas diferenças e respeite a todos, a prática da inclusão não ocorrerá de maneira favorável em meio às situações de mudanças. Outrora era considerada como papel único do profissional especializado a educação de crianças com deficiência, mas sabe-se que, por mais que o número de estudantes com deficiência matriculados em escolas regulares venha crescendo, as instituições de educação especial ainda desempenham importante papel e, por isso, não podemos dizer que elas não existem. Uma escola especial tem que ter como objetivo a promoção da igualdade de oportunidades, de forma que todos os indivíduos, independentemente das suas dificuldades e limitações, tenham acesso a uma educação favorável a todos.

2.1.2 Integração ou inclusão?

O uso da palavra integração refere-se a inserção de alunos na escola comum, ou seja, a escola recebe esses alunos para cumprir as leis, mas a

inclusão é totalmente diferente, pois, incluir é muito além de inserir, é adaptar as metodologias educacionais para acolher essas crianças especiais sem separá-las das demais crianças. Mantoan (2003) aponta a integração como uma oportunidade do aluno transitar no sistema escolar da classe regular ao ensino especial e ainda relata que raramente esses alunos que passam por esse processo de transição dificilmente retornam ao ensino regular. Enquanto a inclusão não visa a inserção para cumprimento de lei, por isso, questiona o próprio conceito da integração, porque não é suficiente inserir, mas acolheras demandas e dificuldades dos alunos. Independente de quaisquer que seja sua condição a criança tem o direito à educação. Ainda nesta linha a autora declara que:

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades (MANTOAN, 2003, p.16).

Nesse sentido compreende que a educação inclusiva deve atender a todos os alunos em salas de aula comum independente de suas condições físicas, psicológicas e dentre outras, valorizando as diferenças encontradas em uma turma diversificada usando métodos diferenciados que atenda a todos. A inclusão valoriza a ideia de que não existem pessoas iguais, todos são diferentes. Nessa perspectiva a educação inclusiva “[...] é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassaram em suas salas de aulas” (MANTOAN, 2003, p.17).

A integração insere o aluno deficiente em salas regulares oferecendo todos os atendimentos e recursos necessários, ou seja, a escola firma os princípios da integração, mas, continuam seguindo suas organizações visando receber ou atender alunos idealizados aos seus padrões, desconsiderando as necessidades individuais de cada aluno. A integração garante o acesso à escola destas crianças, mas nem sempre garantem a aprendizagem dos mesmos. Já a inclusão exige mudanças na perspectiva educacional, assim, exigindo esforços de todos os profissionais envolvidos. Uma escola de qualidade será aquela que valoriza e se preocupa com o que os alunos possam aprender. As

escolas precisam se organizar pedagogicamente para que possibilitem aos alunos que construam novas ideias que respeitem as dificuldades específicas dos seus colegas. As crianças devem desenvolver seus talentos e habilidades ao seu alcance e não ao alcance dos outros, ou seja, os professores. Segundo Mantoan, incluir é não deixar ninguém fora da escola comum. Para isso tornar-se real é preciso um compromisso coletivo de toda equipe educacional, pais e da sociedade em geral.

2.1.3 Inclusão escolar: por quê?

O insucesso de muitos alunos é atribuído a eles mesmos no ponto de vista dos professores e profissionais que atuam na área, mas é preciso analisar se as deficiências não estão no ensino ministrado ou aplicado. As escolas precisam ser reflexivas em suas metodologias para que alcance a todos os alunos independente de suas dificuldades ou deficiências. Mantoan (2003) foca o porquê da inclusão em três questões que visam a iniciativa inclusiva.

2.2 A questão da identidade x diferença

Mantoan inicia esse tópico fazendo alguns questionamentos com uma pergunta: “Essas propostas reconhecem e valorizam as diferenças como condição para que haja avanço, mudanças, desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação escolar”?

As propostas educacionais inclusivas encontram como ações éticas, ou seja, que visam os bons costumes. Nesta orientação percebe-se a tolerância e o respeito pelo outro, onde Mantoan afirma que:

A tolerância, como um sentimento aparentemente generoso, pode marcar uma certa superioridade de quemtolera. O respeito, como conceito implica um certo essencialismo, uma generalização, que vem da compreensão de que as diferenças são fixas definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las (MANTOAN 2003, p.19).

A autora faz uma crítica, onde são colocadas as propostas para atender as crianças com uma deficiência ou dificuldade, como algo que já vem fixas

nela, que não tem mudanças, e é preciso tolerar e respeitar a aprendizagem dada ao indivíduo no seu tempo. De acordo com as leituras realizadas cada indivíduo tem seu limite de aprendizagem.

A ética é um ponto forte para inclusão, pois através dela podemos garantir a luta por mais respeito. A educação inclusiva visa o convívio coletivo e participativo. Para que essas propostas alcance realmente a valorização da diversidade é preciso reconhecer as diferenças em todas as áreas construindo uma nova ética escolar que aceite e trabalhe com todos.

2.3 Inclusão escolar: como fazer?

Mantoan propõe condições que contribuem para obtermos uma escola transformadora que acolha a todos e torne um ambiente verdadeiramente inclusivo. É preciso ter qualidade em tudo para que possamos garantir o avanço de todos alunos até o seu ritmo de capacidade. Mantoan aponta que temos diversos aspectos que nos impedem a chegar em uma inclusão desejada onde se expressa em dizer que:

Infelizmente, não estamos caminhando decisivamente na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para esses novos rumos, seja por outras razões menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores (MANTOAN, 2003, p. 31).

Mantoan (2003) descreve um pouco de sua indignação em uma palestra ministrada, onde um jovem professor lhe confronta dizendo que a inclusão que ela defende não passa de uma fantasia. Um professor que deveria estar com toda garra em prol de uma educação melhor na perspectiva da educação inclusiva que acolha a todos se manifesta desta forma é de se assustar. Em resposta ela afirma que não se baseia em uma escola ideal, mas em uma escola que tem crianças, jovens e adultos com suas diferenças e não visos padrões e modelos de alunos “normais”. Assim, a inclusão tem seus objetivos que exigem muito de todos que pretende aderir essas mudanças, porque como fazer algo sem mudanças ou reviravoltas? Contudo, Mantoan adverte que é preciso reorganizar pedagogicamente as escolas, onde é possível trabalhar mais em coletivo e recriar modelo educativo que reconheça e respeite as diferenças, adotando projetos inclusivos.

Sabendo que nenhuma escola está organizada especificamente para cada tipo de deficiência ou dificuldades de aprendizagem do aluno, as escolas precisam de uma reorganização nos aspectos pedagógicos e administrativos para que não haja discriminação com aqueles considerados menos favorecidos.

Outra questão abordada nesta obra é “Ensinar a turma toda: sem Exceções e Exclusões”, onde a autora salienta que não deve desistir jamais em buscar meios que ajude ao aluno vencer suas dificuldades e obstáculos enfrentados. Mantoan (2003, p. 39) nos adverte que “o ponto de partida para ensinar a turma toda, sem diferenciar o ensino para cada aluno ou grupo de alunos, é entender que a diferenciação é feita pelo próprio aluno ao aprender, e não pelo professor ao ensinar”.

A atuação do professor em um projeto inclusivo é de suma importância quando ele está pronto à enfrentar o novo e mudar suas práticas para práticas reflexiva, onde ele vai trabalhar com todos sabendo que tem uma classe que tem a diversidade a ser respeitada. Mantoan enfatiza que “o professor é considerado como uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor”(MANTOAN, 2003, p. 44).

As escolas precisam de melhoria e modernização educacional de forma ampla que abrange a organização, a administração enfim que envolve toda área educacional, a mudança da escola tem que ser conjunta com o ensino que é ministrado. As propostas apresentadas na obra de Mantoan (2003) vêm mostrar que é preciso redirecionar a educação que é para todos sem exceção. Essas propostas visam atender e garantir uma aprendizagem ao aluno no seu tempo e ritmo, isto é, precisa haver mudanças em todas as concepções e idéias do que venha ser uma escola inclusiva. Enquanto não pensar no conjunto como todo, não é possível fazer a inclusão. Mantoan faz uma crítica as escolas brasileira quando aponta que é preciso revolucionar e ser radicais nas mudanças, e afirma que para termos realmente uma escola que inclua é preciso pensar em mudanças reais. “Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções”(MANTOAN, 2003, p.33).

A citação deixa claro que é preciso investir de forma maior nos professores para que eles estejam preparados para dar um atendimento em

que possa responder às demandas dos seus alunos. Podemos entender que as limitações profissionais acontecem, porque é muito fácil transferir as responsabilidades para outros colegas conhecidos como “especializados”, do que procurar enfrentar o novo, por isso, o ato da discriminação é constante no meio escolar.

A inclusão voltada para acolher a todos ainda é uma prática recente, mas que traz propostas educacionais voltadas para o respeito das diferenças no âmbito educacional. A luta pela inclusão escolar vem evoluindo devido à compreensão das diferenças, que ao mesmo tempo vem ganhando espaços.

Incluir é ter na prática todo um projeto educacional que acolha todos os alunos com deficiência e sem, visando alcançar a autonomia desses alunos, onde, a maior adaptação aconteça por parte da escola, por isso a escola precisa ser reflexiva e repensada a cada período. Mantoan desperta os educadores a fazer uma reflexão dos planejamentos escritos no papel e as práticas em sala de aula. É seguido como padrão aquilo que é passado pelo professor para os alunos como uma verdade pronta, assim, com a inclusão surge o impacto com o ensino regular, pois entende que a inclusão é não deixar ninguém fora da escola comum. A escola tradicional tem seus argumentos para resistir à inclusão, por sentirem despreparados para atuar diante as mudanças. Mantoan encoraja os educandos a enfrentar as mudanças e desafios e diz que: “temos que combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que os alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais”. As carências de muitos alunos são tantas que para muitos, a escola é o único e exclusivo local em que eles têm o acesso ao conhecimento.

2.4 Breve conclusão

O livro *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*, De Maria Teresa Eglér Mantoan traz uma boa reflexão para todos que convivem com as diferenças no âmbito escolar e para aquele que pretendem atuar na mesma. As mudanças parecem ser radicais, porque estamos acostumados com o pronto e as mudanças exigem o novo. A inclusão escolar é vista como colocar uma

criança com deficiência ou com dificuldade e não dar o devido suporte, mas sabemos que inclusão é diferente de inserir, pois a inclusão exige aceitar e respeitar as diferenças do outro sem nenhum tipo de discriminação.

A obra de Mantoan (2003) mostra que é preciso repensar o ensino ministrado nas escolas, e que uma escola para ser inclusiva não pode igualar a todos esquecendo as diferenças e que é preciso adequar a inclusão a nossa realidade. É possível sim ter uma escola inclusiva e que utopia seria ter escolas com alunos perfeitos.

Os professores precisam de preparação qualificada teórica e científica para que possam ter segurança em atender todas as crianças respeitando os limites e ritmos de cada um. É preciso pessoas mais dispostas para encarar as dificuldades e ter vontade de mudar a educação que visa o padrão da sociedade para uma educação de qualidade e inclusiva para todos. Muitos se apóiam nas dificuldades financeiras, nos recursos recusados e dentre outras demandas encontradas, mas a realidade é que o comodismo e a mesmice tem tornado uma rotina educacional.

“Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos seus níveis” (MANTOAN, 2003, p.43)

Em fim é uma mudança que abrange todos envolvidos na educação, sendo do coordenador ao porteiro, da sociedade à família. Ressaltando que a proposta da educação inclusiva não é específica para alunos com deficiência e sim para todos.

3. HUGO OTTO BEYER

Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Portalegrense de Educação, Ciência e Letras(1986), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988), Doutorado em Educação/Educação Especial pela Universitat Hamburg (1993), na Alemanha, e Pós-Doutorado em Educação/ Educação Especial, pela Universitat Dortmund (1998), na Alemanha. Atualmente é professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: educação inclusiva, abordagem vygotskiana, abordagem de R. Feuerstein e psicopedagogia.

Seu livro *Inclusão e Avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais* 2005, relata sobre a importância da educação especial salientando que ela não deve ser esquecida, mas que seja modificada com a proposta da inclusão. Em relação aos professores especializados que haja um trabalho conjunto com os professores do ensino regular. Ele enfatiza que o ensino tem que ser individualizado na elaboração das didáticas e avaliações. Por fim, o livro baseia-se também na abordagem vygotskiana e na abordagem de Feuerstein e esclarece novos caminhos para a prática pedagógica por meio do procedimento de ensino mediado, que leva em consideração os variados aspectos do desenvolvimento e das vivências sociais dos alunos. Com tudo a obra traz uma esperança de que a educação para todos depende de todos e que ela pode ser efetiva se nos empenharmos em melhorar.

3.1 Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais.

A obra de Hugo Otto ressalta a importância da história da educação especial. Essa obra decorre sobre os paradigmas que determinaram o atual paradigma que nortearam a educação especial. Os avanços, as mudanças da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

O autor traz a importância de um ensino que não seja excludente, mas que os alunos possam usufruir de uma aprendizagem que abranja a todos e

que a escola seja modificada para uma proposta inclusiva para todos. É necessário pensar em objetivos que abranjam a todos e que também considere aspectos relevantes de objetos dos individualizados para conseguir ter uma educação inclusiva, pois todos são diferentes.

A obra relata sobre o surgimento do projeto de integração no Brasil que vigorou na década de 90 do século passado. Depois de muitas discussões internacionais desenvolvidas em diferentes países. O Brasil, através da LDB 9394/96, garantiu uma educação especial que contempla uma concepção de educação que evoluiu para a proposta de educação inclusiva. Desse modo a LDB 9394/96 é um norte para todas as atitudes e avanços para a educação inclusiva, porque ela é que fundamenta todos os caminhos percorridos para esses avanços acontecerem. Beyer (2005) menciona que:

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de N°9.394 de 1996, que, ainda que com determinadas imprecisões e indefinições sinaliza como espaço preferencial do atendimento educacional dos alunos especiais as escolas do ensino regular (BEYER, 2005, p.7).

3.2 Educação especial e inclusão: um olhar sobre a história e os paradigmas

A história da educação nas escolas comuns evidencia evoluções que apontam para a proposta inclusiva. Hugo Otto relata o conceito de paradigmas em que Thomas Kuhn, em sua obra de 1962, “The structure of scientific revolutions”, lançou o conceito como um conjunto de idéias compartilhadas e defendidas por uma comunidade científica. A história da educação especial está demarcada por dois campos na visão paradigmática, sendo uma na concepção do pensamento médico e a outra do pedagógico.

Alguns anos atrás predominavam no sistema educacional e na sociedade que crianças com deficiência deveriam estar em ambientes especiais, e as crianças sem deficiência em escolas regulares. Com evidência os avanços e mobilizações no sistema educacional, atualmente um declínio da educação especial na perspectiva segregacionista avançado desde modo, para a educação de pessoas com necessidades especiais no âmbito das escolas comuns de ensino. As mudanças no que diz respeito às questões pedagógicas

têm como visão os aspectos que vão de encontro a uma educação fixa, ou seja, favorece uma educação centrada na criança conforme está proposta.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (UNESCO, Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

Assim, percebemos que a Declaração de Salamanca oferece um educação de qualidade para todos os indivíduos como os mesmos direitos no que se refere à educação de qualidade. O autor Hugo Otto 2005, p. 12, relata que "a concepção básica que nutre as novas propostas para uma educação especial móvel se manifesta pela expressão: nós vamos às crianças!"

O autor deixa claro que essas mudanças visam uma escola para todos, com mudanças na educação e na escola formal com privilégio para alguns. Na Idade Médias escolas e a educação eram para os burgueses, e as pessoas simples eram analfabetas. Tempos atrás pensava que a melhor escola para atender as crianças com deficiência seria a escola particular. Mas será que todas crianças com deficiência teriam condição financeira para arcar com essa despesa? Esse pensamento volta à questão do privilégio e não para a necessidade do aluno. A educação tem que ser voltada para todos independente de ser particular ou não. A educação é um direito de todos independente das condições financeiras e direito do estado dar educação para todos.

As escolas especiais no passado, deram oportunidade às crianças com deficiência de ter acesso à educação, incluindo esses alunos em uma escola. Beyer (2005, p. 14) afirma que "as escolas especiais, portanto, não eram como alguns pensam escolas "segregadoras", pelo contrário, integraram pela primeira vez as crianças com deficiência no sistema de ensino".

As escolas especiais surgiram por que o sistema educacional era incompleto e não atendia as crianças em geral, sendo assim um complemento para o ensino regular. Entende-se que a educação inclusiva não é apenas transferir os alunos da escola especial para escola regular, mas sim acolher e

atender às necessidades dos alunos. Os estudos apontam que um dos maiores objetivos da educação inclusiva é reduzir a exclusão escolar.

No que diz respeito ao pensamento médico, em situação quanto em que as crianças que sofriam da doença mental, para a medicina essas crianças precisavam de cuidados, e que dificilmente elas seriam educáveis, ou seja, só a medicina poderia ampará-las. Cada sujeito tem um ritmo, tempo e maneira de aprendizagem, e infelizmente a deficiência ou dificuldade do sujeito era colocada como maior empecilho para que fosse ofertada uma situação de ensino-aprendizagem e a uma convivência escolar.

Sobre o pensamento pedagógico, Hugo Otto (2005) traz em sua obra a consideração de Bleidick (1981, p.255), onde diz que:

As medidas pedagógicas não podem modificar nada basicamente: elas têm a tarefa da correção, da compensação, da utilização das funções que permanecem e da suavização da área prejudicada através do procedimento curativo, educativo terapêutico (BEYER, 2005, p.17 apud Bleidick 1981, p.255).

O destaque geral para essa situação baseava-se fortemente nas condições e limitações das crianças, onde eram classificadas como normais e não normais. Assim, era considerado o padrão que predomina na sociedade que era reconhecido como crianças normais e crianças anormais. As crianças consideradas anormais não podiam frequentar as salas de aulas do ensino regular.

O fazer pedagógico pode ser reconhecido como uma possibilidade para que as crianças possa ser estimuladas em suas potencialidades. Não deve deixar de lado a questão médica, pois ele que dá o diagnóstico à deficiência, mas as tomadas de decisões pedagógicas são de caráter dos educadores e da equipe educacional.

Ainda é comum o sistema de ensino para pessoas com deficiência ou com dificuldades serem vistas como insuficientes até mesmo como incapazes de estar junto com as demais crianças que aparentemente não apresentam nenhum tipo de deficiência ou dificuldade. Por isso, o questionamento da falta do trabalho conjunto entre a escola regular e a escola especial, tendo como base para ingressar essas crianças na escola especial aquelas que não correspondem satisfatoriamente ao currículo escolar. Nesse sentido, Beyer

(2005, p. 23) trazo “estigma culposo”, em que alunos em situações de fracasso passam por um processo de culpabilização, com resultados frustrantes para o próprio aluno e sua família.

3.3 A inclusão na escola regular: ideias para implementação

As mudanças, visando a oferta de situações mais propícias de aprendizagem adotada, de aprendizagem vêm ocupando os espaços e mostrando que é preciso adaptar as propostas da educação das crianças de maneira diversificadas, pois todas as crianças têm suas características individuais. “A escola é um padrão a seguir de formalidade, onde tudo acontece com a organização predominante da instituição, que muitas vezes faz aceção de algumas crianças, por selecionar os alunos em turmas, tendo como critério o desempenho escolar”. Por isso Beyer (2005, p. 27) afirma que “uma verdadeira escola para todos até agora permanece como uma esperança ou utopia”. Assim, fica claro que é preciso alcançar muito ainda para podermos ter uma escola que na realidade afirme que existe uma escola que acolhe a todos sem discriminação. Com tudo, surge a conclusão de que o lugar da criança com necessidades especiais é junto com todas as crianças e que é preciso vencer essa separação que define as crianças como normais e outras como deficientes. A educação inclusiva tem dois princípios fundamentais que são “a promoção da convivência construtiva dos alunos, preservando a aprendizagem comum, sem desconsiderar as especificidades pedagógicas dos alunos com necessidades especiais” (BEYER, 2005, p. 28).

3.4 A primeira condição: individualização do ensino

Cada aluno tem seu tempo e ritmo de aprendizagem independente de ter ou não dificuldades. Nesse sentido, todas as crianças são diferentes, por isso, não se pode esperar as mesmas respostas para todas. No entanto, no que diz respeito às necessidades educacionais que as crianças com deficiência demandam, é necessário um ensino que as didáticas sejam voltadas para a diversidade e diferença de cada aluno. Hugo Otto define a individualização do ensino como a individualização dos alvos, da didática e da avaliação.

Em relação à individualização dos alvos, ou seja, dos alunos, é importante focar na capacidade de cada aluno para saber como desenvolver as atividades escolares. Não se deve exigir das crianças aquilo que está fora do seu alcance por ter outras crianças que podem fazer o que elas não podem. Deve-se valorizar a capacidade de cada aluno, compreendendo as limitações e potencialidade, respeitando o ritmo e as condições de aprendizagem de cada um. Com isso é preciso que os planejamentos sejam flexíveis e garanta a possibilidade diferenciada para todo o aluno garantido em lei.

Uma criança com deficiência ou dificuldade precisa de um acompanhamento direcionado para atender as suas especialidades. A proposta da educação inclusiva visa oferecer respostas educacionais respeitando suas necessidades, considerando o ritmo e as condições de aprendizagem de cada aluno. No entanto, não podemos negar que existem diferenças relacionadas às distintas necessidades educacionais especiais que crianças com deficiência evidenciam. Por esse motivo far-se necessário apresentar a classificação do público alvo da educação especial: “considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2001).

A individualização da didática refere-se a didática aplicada em sala de aula e o autor evidencia que em uma proposta inclusiva é importante que o aluno receba ajuda diferenciada devido sua necessidade, ou seja, a didática tem que ser flexível devido a sala diversificada. Sabemos que em uma sala onde estão todos os alunos, sendo ele com e sem deficiência, precisam de ajuda, mas existem ajudas que são temporárias e ajudas que precisam ir além do ambiente escolar, como no caso de um terapeuta e a oferta do atendimento educacional especializado. Em uma sala de aulas as atividades possibilitam maior êxito no ensino a uma aprendizagem diversificada.

A individualização de avaliação é um assunto que é destacado pela necessidade de utilização de critérios mais adequados que ultrapassem a classificação suposta, que afirma que os que tiram notas boas são considerados bons e o que não conseguem obter a nota desejada pelos educadores e pela média estabelecida pela instituição são considerados como alunos fracassados. Na educação inclusiva a proposta é que a avaliação dos alunos seja baseada numa observação do seu desempenho, considerando as

suas diferentes respostas frente à aprendizagem, ou seja, uma avaliação de todo o processo do aluno. Hugo Otto (2005, p. 31) cita Perrenoud (1999) em seu conceito de avaliação formativa, cujo foco mantém-se atrelado ao monitoramento da aprendizagem e à retroalimentação da mesma.

O sistema bidocência está relacionado na atuação de mais de um professor na classe, como é a proposta da educação inclusiva que atende todas as crianças, deficientes e não deficientes. Historicamente as salas de aula são compostas por um único professor que trabalha com toda a classe com a mesma metodologia. A educação inclusiva precisa de um investimento maior no ensino, pois, uma sala inclusiva necessita no mínimo de dois professores, que precisam estar no mesmo contexto do grupo para que não haja o processo de separação do aluno que tem necessidades educacionais especiais a está inserido na classe. Hugo Otto (2005, p. 34) relata uma importância do princípio da biodocência que diz: "... para que o atendimento diferenciado do aluno nas classes inclusivas torne-se viável, com margem de sucesso pedagógico".

A educação especial "subsidiária" mencionada anteriormente como uma educação especial móvel tem quatro princípios importante a serem relatados: da comunalidade, que significa o ensino comum de todas as crianças, com e sem deficiência; da necessidade, que está relacionado com o conceito da comunalidade referendando de que todos os alunos aprendam juntos, mas focando que todos recebam a educação segundo o seu ritmo de aprendizagem; no princípio da proximidade, onde a vida escolar da criança deve acontecer de forma mais integrada e o mais ligada ao cotidiano da criança para que conheça o seu contexto: e o princípio da adaptação, para receber algo novo. O princípio reforça que a presença de um profissional especializado é de suma importância no processo da educação inclusiva, pois, a adaptação destas crianças tem que ser de forma prazerosa e para isso é preciso do apoio destes profissionais que tem um maior conhecimento. Concluímos que todos os quatro princípios são fundamentais para a efetivação de uma prática em que a proposta da educação inclusiva seja exequível e desse modo bem sucedida.

3.5 Uma revisão nas experiências de integração escolar: aspectos decorrentes

Na obra de Hugo Otto (2005), ele aponta as experiências de integração no ensino fundamental em escolas em Hamburgo, país da Alemanha, em que na classe inclusiva o professor atuante é o de ensino regular e os educadores especializados se dedicam a todos da classe inclusiva sem separação. O atendimento é de modo que não haja uma forma negativa para um indivíduo. A educação especial pode acontecer de forma aceitável pela pedagogia, porque ela é realizável de forma flexível que abrange a todas as crianças, seja ela com necessidades educacionais especiais ou não. Hugo trás uma citação de Glat (1998), onde ele faz observação sobre o nível de aplicação das propostas de inclusão. Segundo a autora, “a conversão do conceito de inclusão para a prática escolar só é possível considerando-se as experiências realizadas localmente.” A educação inclusiva tem que ser uma prática, pois as teorias são muitas, de tudo aquilo que é colocada em lei e que tem como melhoria para todas as crianças, não sendo possível colocar de princípio a educação inclusiva de forma plena no contexto geral da educação brasileira.

A pedagogia inclusiva tem vários fatores que favorecem a aprendizagem dos alunos, onde visam não só o atendimento pedagógico, mas também o social. O aprendizado do aluno depende também dos fatores e condições de moradia, do ambiente e da relação familiar que é um fator primordial para que a criança consiga obter sucesso em todas as áreas, porque se a família não está interagindo juntamente com os profissionais da escola, certamente esse contexto se caracteriza como um fator negativo para o processo educacional da criança. A família precisa participar de algumas ações realizadas no âmbito escolar de seus filhos, para que ela também saiba como agir em algumas situações que irão ser apresentadas em casa e que ao mesmo tempo será tratado também no ambiente escolar, como exemplo, o processo de interação da criança com os seus pares educacionais.

A responsabilidade para que a escola seja inclusiva deve ser conjunta, onde envolve os alunos, famílias, a equipe educacional e os projetos políticos pedagógicos que trazem as propostas inclusivas, não deixando de ressaltar que a prática precisa ser em primeiro lugar ser atuante. Beyer(2005) deixa bem

claro que para ter sucesso é preciso o empenho de todos, e não somente as leis que garante o acolhimento de todos. O autor descreve que:

Se não houver comprometimento, a disposição, a convicção dos sujeitos participantes, pais, professores e gestores, de que a educação inclusiva é o melhor caminho para uma inclusão social mais efetiva das crianças com deficiência, com o esforço e o sacrifício compartilhado entre cada um desses agentes, tal processo fracassará (BEYER, 2005, p.63).

Beyer (2005) chama a atenção que é importante que as rotulações sejam evitadas em todas as áreas e por todos, por isso, a importância do diálogo entre os profissionais que acompanham as crianças. Estes devem discutir entre si sobre as dificuldades e potencialidade, onde preserve para que essas crianças sejam tratadas com dignidade.

É importante a convivência de todas as crianças juntas, porque elas aprendem a respeitar e conviver com as suas diferenças. No sentido da convivência ao ensino inclusivo as crianças aprendem a desenvolver habilidades que ajudam na aceitação do outro.

Com estudos realizados é possível observar que a educação especial teve uma maior força a partir da LDBEN/ 1996, no sistema educacional brasileiro. De acordo com Hugo Otto (2005, p. 56), há uma desarmonia entre o que a lei propõe e a disponibilidade de funcionamento do ensino escolar tanto da pública quanto da particular. Na obra do autor a pergunta é clara de “quais seriam algumas medidas a serem adotadas, tendo em vista diminuir esta situação”? Hugo 2005 explica que “Para tanto seria interessante estabelecer disciplinas nas pedagogias e nas diferentes licenciaturas que possibilitassem uma introdução ao ensino de aluno com necessidades especiais” (BEYER, 2005, p. 56).

Em 1994, o MEC havia editado na Portaria nº 1.793, no Diário Oficial da União, que incluísse disciplinas vinculadas com a necessidade educacionais especiais, principalmente na formação de professores para o suporte do atendimento destes alunos. Com isso, a formação de professores para o atendimento de crianças tem que ser realizado por profissionais especializados, mas o importante é que todos tenham o conhecimento e as disciplinas na área para que não aconteça a separação ou discriminação de

alunos. Beyer(2005) afirma que a Resolução CNE/CEB n° 2(2001) diferencia o professor capacitado do professor especializado onde descreve que:

[...] os primeiros podendo lidar com alunos com necessidades especiais na classe comum, desde que comprovem o domínio do conteúdo sobre a educação especial em sua formação e os segundos desempenhando funções estratégicas na implementação de projetos de inclusão escolar, desde que tenha formado em cursos de licenciatura em educação especial ou estudo de pós graduação em área específicas da educação especial (BEYER, 2005, p. 57).

A formação de professores não deve se estacionar em uma conclusão de curso ou um aperfeiçoamento temporário, mas deve ser constante na vida do profissional, pois o ensino é interdisciplinar. O projeto político pedagógico da integração/ inclusão pode fracassar se não for oportunizado de maneira aceitável nas redes de ensino. O modelo de ensino está fragilizado no que podemos dizer em investimentos na educação, pois para ter um ensino de qualidade na perspectiva inclusiva é preciso um maior investimento para obter resultados, como materiais didáticos qualificados, recursos pedagógicos, ambientes adequados e dentre outros. No entanto, podemos considerar que a formação de professores atualmente se encontra em profundas mudanças no que diz respeito a conceitos e valores como de prática. Cita David Rodrigues, o que deve ser oferecido aos professores:

Deve-se, assim, proporcionar aos professores um conjunto de experiências que não só lhe revelem novas perspectivas teóricas sobre o conhecimento (perspectiva acadêmica), mas que também o impliquem em situações empíricas que lhe permitam aplicar estes conhecimentos num contexto real (perspectiva profissional) (BRASIL, 2005, p. 8).

É preciso que essas experiências sejam tanto para vida profissional como para as práticas, ou seja, não fiquem somente na aprendizagem de um curso ou de uma graduação, mas que possa se expandir para a prática diária em sua função de profissional da educação. O professor é de suma importância no processo da inclusão, mas para que realmente haja a inclusão é preciso do apoio e colaboração de toda uma equipe que não envolve somente equipe educacional, por isso a importância de se ter uma formação continuada dos professores onde, Beyer (2005), faz uma alerta para as escolas para que possa

ajudar seus professores a não entrarem no nível de estresse devido as demandas encontradas no seu cotidiano escolar.

Quanto à formação de professores, os cursos de formação (inicial e continuada), as políticas educacionais e a organização das próprias escolas deveriam dedicar um espaço privilegiado a reflexão em torno da educação inclusiva. (BEYER, 2005, p. 67).

O atendimento educacional especializado é destinado a alunos com deficiência física, mental, sensorial (visual e pessoas com surdez parcial e total). Alunos com transtornos gerais de desenvolvimento e com altas habilidades, que constituem o público alvo da Educação Especial, também podem ser atendidos por esse serviço. O atendimento educacional especializado é organizado para suprir, atender as necessidades dos alunos com deficiência e de todos que são público alvo da educação especial. Esse atendimento é oferecido no turno oposto da escola regular, mas é trabalho que deve ser conjunto.

A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2005, p. 15).

O Decreto nº 7.611/2011, dispendo sobre o apoio da União aos sistemas de ensino para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado – AEE a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Na perspectiva inclusiva, o atendimento educacional especializado é definido como[...] conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou plementar à formação dos alunos no ensino regular. (BRASIL, 2011).

A citação deixa claro o atendimento educacional especializado como um suporte da educação, onde o aluno tem por direito com um reforço , mas ressaltando que é um suplemento do ensino regular.

3.6 Uma escola para todos: do que estamos falando?

Atualmente a discussão é o da não separação dos alunos e suas diferenças. As propostas para educação inclusiva afirmam ser para todas as crianças, exigindo que as escolas estejam de acordo com essas propostas que são de acolhimento e aceitação, ou seja, precisa a prática do mais incluir do que a de excluir. A sociedade vive em processo de exclusão por visar padrões. Acredita-se que uma prática pedagógica de qualidade é aquela que pode dar conta de qualquer demanda que seja apresentada em uma classe diversificada, mas é preciso de maiores avanços e dedicações, pois as dificuldades apresentadas requerem experiências e estudos nos conhecimentos de cada dificuldade apresentada para melhor serem aplicadas essas práticas.

O autor relata que essa ideia de uma escola que atenda a todos sempre existiu, mas sem uma proposta:

A ideia de uma escola aberta, inclusiva, com capacidade para atender alunos com situações diferenciadas (o que, evidentemente, sempre aconteceu, ou seja, não há como pressupor um grupo de alunos com situações psicossociais iguais), é altamente desafiante. (BEYER, 2005. p.62).

Uma escola com proposta inclusiva depende de toda uma equipe de profissionais que envolva desde a pedagogia como todos profissionais e familiares. Para cada situação existe uma característica específica tanto cognitiva como de aprendizagem, no entanto é preciso de uma pedagogia diferenciada que atenda as diversidades no âmbito escolar. Não há como formar grupos de alunos com as mesmas dificuldades, pois cada aluno tem seu potencial, tornando assim um grande desafio a ser enfrentado, por olharem e atentarem para as dificuldades dos alunos como um problema.

O autor em sua obra apresenta alguns aspectos considerados como componentes de reflexão para uma proposta de uma pedagogia diferenciada para alunos com necessidades educacionais especiais, na qual relata e comenta situações de atendimentos de alunos com diferentes necessidades especiais, começando com a inserção de crianças com dificuldades em escola regular. A sala de recursos tem a função de organizar materiais didáticos

pedagógicos para que não haja barreiras e empecilhos de aprendizagem para as crianças com necessidades.

Otto (2005) traz uma citação de Souza (1997) que nos mostra em uma pesquisa realizada por ela sobre alunos com deficiência visual em classe de ensino regular, onde relata o apoio dos alunos na sala de recursos e convivências com os demais alunos verificando que há um certo descompasso entre as atividades do professor e a solicitação dos serviços da sala de recursos. No entanto, é importante que o trabalho tanto da professora da classe regular esteja em concordância e com a mesma dinâmica que a professora ou profissional que esteja atuando na sala de recursos. Em relação ao apoio recebido pelos demais colegas ela relatou como ponto positivo, assim sendo importante para o aprendizado destas crianças serem bem acolhidas pelos colegas de classe.

No que se refere aos alunos com deficiência mental citada pelo autor no Rio Grande do Sul ao longo das últimas décadas, foi estabelecido como objetivo que a matrícula destas crianças fossem realizadas preferencialmente nas escolas do ensino regular, ou seja, as experiências surgissem do ensino regular para depois perceber a necessidade de um reforço em turnos oposto. Conforme Bayer(2005, p. 65) afirma, que não há como prever que as experiências de inclusão escolar tenham sucesso apenas porque há uma legislação a favor. Como já comentado anteriormente para que haja a prática verdadeira das propostas da inclusão é preciso colaboração e participação de todos (pais, professores, gestores, etc.). A melhor escolha de início é ingressar a criança com deficiência na escola regular, na qual essas crianças têm o mesmo direito como todas outras, mas é importante que tenha o acompanhamento da evolução no âmbito escolar do mesmo. Se a convivência apresentar dificuldades, pode-se pensar em uma transferência para uma escola especial. O autor descreve uma experiência ocorrida numa escola particular do ensino regular de Porto Alegre em que havia uma adolescente de 15 anos com síndrome Down e que estava na 2ª série do ensino fundamental e havia outro adolescente com a mesma síndrome. O menino se desentendeu com outra criança e a agrediu. Contudo, os pais solicitaram a direção que interrompesse com o projeto de integração. E as crianças com a síndrome tiveram que deixar de frequentar a escola. Esses pais não avaliaram a situação

e quem era essa criança no seu dia a dia na escola, pois o autor ainda relata que:

Com consequência, a menina, durante muito tempo, negou-se frequentar qualquer outra escola, embora sempre tivesse sido uma aluna com boas condições cognitivas e muito motivada para aprendizagem escolar (BEYER, 2005, p.66).

A criança foi atingida e sentiu o desânimo de frequentar outra escola, afetando sua convivência e interação com os demais colegas, por isso é bom ressaltar que é melhor proceder com cuidado no atendimento onde há uma proposta inclusiva que abranja a todos sem exigir que todos sejam iguais, onde sabemos que ninguém é igual a ninguém.

Outro aspecto para uma proposta de pedagogia diferenciada para alunos com necessidades educacionais especiais são as propostas curriculares face ao projeto da inclusão. Para discutir currículo é preciso avaliar os dois momentos históricos predominantes de paradigmas. O primeiro momento que diz respeito ao clínico-médico onde a deficiência é entendida como irreversível, que tinha como impedimento o atendimento escolar para crianças nesse estado considerado pelo processo clínico-médico. E o segundo momento é a relação da integração e inclusão escolar, onde a deficiência e a dificuldade dos alunos não eram consideradas como empecilho para aprendizagem dos mesmos como antigamente era considerada e denominada como no caso da deficiência mental que era classificada como: deficiência mental leve/ crianças que poderiam ser educadas, deficiência mental moderada/ crianças que poderiam ser treinadas e a deficiência mental severa/ crianças dependente que não tem recursos próprios vive a depender do outro

A reflexão sobre a didática escolar exhibe procedimentos didáticos para cada uma das necessidades apresentadas pelos alunos. No caso da deficiência mental, a consideração das características de aprendizagem são ritmo, os níveis de abstração e os alcances possíveis da aprendizagem. Os alunos com deficiência sensoriais necessitarão, também, de adaptação nos procedimentos de ensino. No caso dos alunos com deficiência visual (parcial ou total), o acesso ao código braile e o uso de material em relevo deve estar a disposição da escola. No atendimento dos alunos surdos, é indispensável o domínio da língua de sinais pelos professores. A educação inclusiva tornou-se

um desafio para os professores por estarem mal preparados para lidar com tal heterogeneidade escolar. Os recursos oferecidos em uma graduação não são suficientes para enfrentar tais demandas na realidade escolar atual. Uma graduação no meu ver precisar abordar mas essa questão do processo de inclusão, incluindo mais disciplinas que aborde o assunto e oferecer mais práticas para os graduando para que a teoria possa ser colocada em prática no seu período de aprendizagem.

4. ROSITA EDLER CARVALHO

Possui graduação em Orientação Educacional pela Universidade Santa Úrsula (1966). Graduação em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula (1972). Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1965). Especialização em Neuropsicologia pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (2009). Especialização em Teoria e Técnicas Psicopedagógicas pelo Centro de estudos Psicopedagógicos do Rio de Janeiro (2008). Especialização e, Psicopedagogia pelo Instituto de Pesquisas Educacionais, Serviço de Ortofrenia e Psicologia (1962). Mestrado e, políticas Públicas pela Escola Superior de guerra (1984). Mestrado em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas (1977). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). Atuando principalmente na área de transtornos de aprendizagem. Neste livro a autora escreve vários textos em momentos diferentes, acerca da temática da educação inclusiva, onde esclarece algumas dúvidas dos educadores sobre diversidade de ideias e práticas no processo de inclusão.

4.1 Reflexões sobre a leitura da obra: Os Pingos Nos “Is”.

4.1.1 Educação Inclusiva

A autora esclarece em sua obra alguns pingos nos “is” sobre a educação inclusiva e relata que servirá de esclarecimentos para os leitores. Mas vale ressaltar que este assunto não se conclui aqui, por que se trata de um processo que, por sua própria natureza, não tem fim. A autora destaca cinco itens a discutir seguir.

O primeiro relata a Educação Inclusiva e o ideal da Educação de qualidade para todos. Ela traz dois movimentos importantes no âmbito educacional que ocorreram em 1990 (Jomtien, Tailândia) e em 1994 (Salamanca, Espanha), onde ambos possuem a mesma visão, mas que tem gerado incompreensões quanto ao alunado aos quais se referem. Rosita deixa claro que os dois movimentos dizem respeito à educação inclusiva

sem discriminação, pois muitos classificam a conferência de 1990 para os alunos do ensino regular (alunos tidos como normais) e a de 1994 para os alunos com deficiência.

No entanto, os professores do ensino regular não se interessam em discutir e conhecer o texto de Salamanca, pois acham que são destinados aos professores que trabalham com alunos com deficiência. Da mesma forma, acredita-se que o texto da conferência de 1990 refere-se aos professores de alunos com deficiência. Esses pensamentos são incorretos. Assim, afirmo, que toda instituição deveria ter uma carga horária em sua própria escola para debates e discussões destes textos importantes e que dão suporte para o aprimoramento das práticas pedagógicas dos seus profissionais. A autora ainda afirma que os dois movimentos tem a mesma finalidade “de formar cidadãos plenos, contributivos à sua coletividade e que sejam felizes” (EDLER, 2004, p. 156).

O segundo item diz respeito a inclusão educacional escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. A autora traz como o eixo de análise da inclusão a escola sendo um espaço não só para socialização mas para o processo de apropriação dos conhecimentos. As reflexões destacadas são de aspectos da individualidade, que requer respeito e estratégias que atendam as necessidades de cada um; a identidade, que se refere a reconhecer e aceitar as características de cada indivíduo, seja ele com deficiência ou dificuldades; os ideais democráticos, que é reconhecer direitos de cada um segundo suas necessidades e que possam exercer sua cidadania; e por último, a remoção de barreiras para a aprendizagem e participação de todos, que é um processo que deve ser constante para que essas barreiras não interfiram de forma negativa na vida escolar de cada aluno e dos profissionais. Esses são aspectos que devem estar relacionados com os professores e alunos para que juntos possam obter o esperado por muitos que almejam uma inclusão de qualidade para todos.

O terceiro item relata o projeto político-pedagógico da escola sob ótica da inclusão. A LDB 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, estabelece no seu artigo 14 e inciso I e II das diretrizes e bases da educação nacional que:

ART. 14- Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (LDB 2017, P. 15).

A citação nos mostra que o PPP (Projeto Político Pedagógico), implica normas definidas democraticamente com a participação de toda uma equipe e que servirá para o desenvolvimento do trabalho em equipe. O projeto político pedagógico vai muito além que um plano de trabalho, podendo ser considerado como “carteira de identidade” da escola, visando ter a clareza dos valores que orientam as ações da escola. A autora cita como princípio democrático o direito e a igualdade de oportunidades que respeite a diversidade de cada aluno. Edler também define a educação:

Educação é processo para a qual convergem inúmeras variáveis, inclusive a motivação de cada um de nós, somada à crença de que somos agentes de mudança, de que a educação é, também, um ato político, do qual somos co- participantes em busca do exercício da cidadania plena de todos os nossos alunos (EDLER, 2004, P. 159).

Sabe-se que a educação é um direito de todos e que é um processo de mudanças, por isso que o Projeto Político Pedagógico não pode se estacionar numa linha e sim, deve estar sempre em processo de aprimoramento. A autora deixa como sugestão contida no index para inclusão a dimensão cultural visando os aspectos filosófico, princípios e valores; a dimensão política visando as organizações internas da escola, a família e a comunidade (pais); e por fim a dimensão da praticidade que envolve as práticas pedagógicas em sala de aula. Com esses aspectos, espera que o PPP esteja sempre em busca de responder às necessidades da escola juntamente com todo o corpo para a melhoria da qualidade educativa e para romper as barreiras que impedem a escola ser inclusiva. Um aluno com características diferentes inserido em uma turma considerada comum, necessita de mecanismos para sua integração educacional e social com todos seus colegas e professores.

O quarto aspecto destina Formação de Educadores. A autora inicia a primeira indagação com a seguinte pergunta: “Realmente estamos os preparados para o desempenho de nossos papéis políticos-pedagógicos em relação a qualquer aluno?” Mudanças precisam acontecer para melhor fazer nosso papel de educador e atualização, ou seja, a formação continuada que deve ser constante na vida profissional e quando não acontece como rotina

essa formação torna-se insuficiente, devendo ter encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico que envolva a comunidade da escola. Sobre estes estudos, a autora expressa: “penso que a questão é valorizar “espaço” de discussão, estabelecendo-os nas escolas com uma das atividades sistemáticas previstas no projeto político pedagógico” (EDLER 2004, p. 161). O foco também deve ser de formar individual relação entre teoria e prática.

O quinto aspecto refere-se às adequações na prática pedagógica. Esse aspecto tem gerado diversas polêmicas que apontam para a flexibilidade curricular. As adequações são necessárias, mas não quer dizer ser outro currículo que ignore o currículo que atenda aos alunos em geral. É preciso atitudes compreensivas, coerentes com a proposta inclusiva, tanto na escola como na sociedade.

O sexto aspecto é o processo de avaliação que não deixa de ser polêmico também, pois existe dois termos a serem esclarecidos. Um clínico, que visa um diagnóstico dado pelo médico que exige tratamentos adequados e o outro no ponto de vista educacional, que busca sucesso de aprendizagem e participação escolar para todos. A autora afirma entender atualmente que todos são avaliadores e sujeitos avaliados. E que esse é tópico que deve ser discutido no projeto políticos pedagógicos das escolas.

O sétimo aspecto são estudos e pesquisas como ações indispensáveis aos processos educativos. A autora inicia esse tópico relatando que a tradição de pesquisas em educação é muito recente e razoavelmente pobre. As escolas inclusivas e includentes promovem integração dos aprendizes, fazendo os mesmos sentirem-se acolhidos e felizes ao pertencerem a um grupo e os professores participam transformando o processo de ensino-aprendizagem numa construção de conhecimentos coletiva e agradável. Essas pesquisas são importantes por que ajudam a compreender e ressignificar as práticas educacionais.

Edler (2004) garante que a proposta da educação inclusiva traduz uma aspiração antiga devidamente compreendida como uma educação de qualidade quando a mesma é entendida para todos e com todos com intensão de romper barreiras e com aceitação para todos indistintamente. Ela expressa em seu ponto de vista que é preciso eliminar as barreiras, tanto internas como externas. A eliminação dessas barreiras visa o acesso, a permanência e

sucesso de todos alunos no processo da escolarização. Nesta obra, Edler traz os aspectos significativos em torno da proposta inclusiva, afirmando que, para que se conceba uma educação inclusiva é preciso termos consciência dos direitos de todos e o respeito a esses direitos de forma que não haja discriminação.

A Educação e o atendimento educacional especializado são caracterizados como um processo integral abrangendo os aspectos físicos, motor, psicomotor, intelectual, afetivo e político-social. A autora se refere à LDB (1996) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), a educação escolar para educando com necessidades educacionais especiais seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Vale destacar que os referidos documentos assimilam que os professores encontram-se despreparados para atuar na educação inclusiva, pois entendem a educação inclusiva apenas para deficiente, sem compreender que a proposta de educação inclusiva tem como ênfase a perspectiva de uma educação que concebe o espaço escolar enquanto um local plural para o convívio com a diversidade humana.

O atendimento educacional especializado se caracteriza como um espaço de acolhimento exato às diferenças, singularidade, trabalho que requer dos profissionais uma habilidade, um interesse particular por cada um. Nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001):

Processo educacional escolar definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p.69).

O atendimento educacional especializado deve atender as necessidades específicas e demandas dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, alta habilidade e superdotação.

As necessidades educacionais especiais são referidas a todos os indivíduos, crianças e jovens cujas necessidades são demonstradas através das dificuldades e capacidades de aprendizagem, por isso a importância de

entender as diferenças para que a escola possa oferecer respostas educacionais compatíveis.

No aspecto da integração e inclusão a autora, no modelo organizacional com as diferentes necessidades do seu público alvo, relata que no princípio da integração os alunos deveriam se adaptar as exigências da escola e no da inclusão a escola tem que se adaptar as necessidades de cada aluno. Como já mencionado anteriormente, as escolas precisam ressignificar as suas organizações pedagógicas e suas funções políticas. Edler 2004 demonstra:

(...) o paradigma da integração não implica na rejeição ao que o termo denota e conota em nossa língua, isto é, a interação entre pessoas. Graças aos processos relacionais e interativos, elas podem se sentir partícipes, aceitas como do grupo em vez de se sentirem como mais um do grupo (EDLER, 2004, p. 68).

Sobre os conceitos de igualdade e a equidade a autora traz duas reflexões: a igualdade é mencionada como sinônimo de paridade de uniformidade de direitos por justiça, já que todos são iguais por lei, tendo os mesmos direitos e deveres de cidadão; e equidade é trazida como um conceito que extraiu do documento da UNESCO (2002), "equidade implica educar de acordo com as diferenças e necessidades individuais, sem que as condições econômicas, demográfica, geográficas, étnicas ou de gênero acarretem um impedimento à aprendizagem" (p.6). Deste modo, concluir-se que o conceito de igualdade é assegurado no que está previsto na lei como direito de todos de ter acesso, mas a equidade faz valer o direito de todos estarem juntos sem nenhum tipo de discriminação, ou seja, respeita as diferenças individuais.

Quanto ao conceito de necessidade especial e necessidades educacionais especiais, a autora relata ser de suma importância se discutir os aspectos referentes às condições que o meio escolar deve garantir evitando as rotulações.

Edler (2004), em um subtópico questiona "Quem são os excluídos?" "Todos os indivíduos que não frequentam a escola e são aqueles que mesmo sendo inseridos e não sendo atendidos de forma adequada são excluídos. Em relação aos fatores que contribuem para a exclusão escolar, afirma que são diversos mas não deve ser injustos e colocar a culpa no aluno, pois sabemos que muitas coisas contribuem para esse fator, onde a política da educação não cumpre de forma apropriada é responsável, ou seja, um conjunto de fatores

podem ser determinantes para o processo de exclusão. Como o Brasil faz parte de Organizações Internacionais, assim, devem-se seguir as diretrizes que nos orientam a fazer o melhor. Tudo que é idealizado é fruto de discussões e evoluções destas leis. As políticas públicas e sociais para educação de qualidade para todos e com todos, tem como predominância as condições econômica que contribuem para a exclusão, mas os aspectos sociais e éticos poderiam ser vistos com seres humanos com os mesmos direitos. Tudo isso porque as escolas refletem a sociedade na qual são inseridos.

Existem muitas barreiras que dificulta as questões sociais ligadas à discriminação e preconceito. São fatores que dificultam o processo educacional em geral, e mais especificamente na educação especial. A educação inclusiva visa garantir o acesso, permanência e ingresso de todos na escola de forma real. A autora Edler, ressalta que são poucos os educadores que realizam pesquisas sistematicas a respeito da produção de estudos e pesquisas com análises científica dos dados. No texto está expresso o apelo de se fazer pesquisa com metodologias adequadas de modo sistemático e rigoroso. A resistência em relação à proposta de educação inclusiva são muitas, mas as mesmas partem de todo lado, cada uma com uma visão diferente, sendo que essas resitências tornam-se barreiras, fatores que dificulta o andamento e sucesso. A proposta da educação inclusiva vem trazendo impacto como algo novo a ser implantado de maneira que assusta os envolvidos na educação.

4.1.2. A função da escola na perspectiva da educação inclusiva

As escolas precisam ter como meta ajudar no processo inclusivo deixando de lado o tradicionalismo que foi implantado e que em algumas ainda permanece, para que possa se tornar uma escola de qualidade, que atenda a todos reduzindo as práticas de exclusão.

A autora destaca que neste texto irá tarbalhar o sentido e significado da palavra escola e o da palavra inclusão para a partir das reflexões, examinar as funções que se esperam da escola segundo a proposta da educação inclusiva. O significado da escola vem como estabelecimento público ou privado onde se mistura sistematicamente ensino coletivo. O termo inclusão é definido como ato pelo qual um conjunto contém, inclui outro, sendo que incluir significa

inserir, introduzir, fazer parte entre outras acepções do vocábulo. No entanto, a função da escola inclusiva enquanto espaço físico, enquanto cenário seria de introduzir crianças que anteriormente estavam excluídas. Apesar dos avanços no âmbito escolar percebe-se que os aspectos econômicos e sociais ainda existem como grandes barreiras que estão como situação problema onde impedem a garantia de uma escola de boa qualidade.

De acordo com o que foi relatado anteriormente as escolas refletem a sociedade e por isso não se deve atribuir a escola como único responsável pelos fatores desfavoráveis para educação. Diversos fatores contribuem para o fracasso escolar, para evasão, dentre outros que estão ligados às políticas públicas e a economia. Para uma escola ser inclusiva precisa de uma sociedade que tenha visões de inclusão, assim, Edler (2004) nos afirma que:

Todos os que aprendem, ensinam e todos os que ensinam aprendem, se estivessem realmente voltados para as ações de ensino aprendizagem, entendendo que as dificuldades são inerentes ao processo e que, como tão bem nos ensinou Sara Pain (1989) “não existe o aluno que não aprende” (EDLER, 2004, p. 114).

A expressão da autora Sara Pain deixa bem claro quando afirma que não tem aluno que não aprenda que cada indivíduo tem seu ritmo de aprendizagem e que aprende ao seu tempo e seu modo. A inclusão traz para as escolas alunos com diversos tipos de necessidade educacionais especiais. Nos estudos realizados nota-se que as discussões são constantes, onde na prática deveria haver mais ações inclusivas. Pode-se afirmar, contudo, que mesmo com o que já se fez e faz, muito ainda há para fazer para que possam dizer que a inclusão existe de forma adequada. Acredita-se que ações simples podem influenciar de forma favoráveis a inclusão escolar, construindo uma ética que se reflita uma nova forma de lidar e respeitar as diferenças de cada indivíduo.

É preciso entender a educação inclusiva, pois, quando a entendemos torna mais simples. Deve-se lutar por uma educação de qualidade, onde possamos excluir os rótulos, que a sociedade impõe sobre as crianças com deficiência. Para mudarmos a nossa sociedade é preciso a união de todas as pessoas, dos diferentes segmentos sociais.

4.1.3 Removendo barreiras para a aprendizagem e para a participação na educação inclusiva

De início a autora apresenta a ampliação significativa do termo educação especial através das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica de 2001, incluindo alunos que já estão nas escolas regulares que até o momento não são considerados deficientes. E com estudos e leitura pode-se afirmar que autores que defendem as propostas educacionais inclusiva afirmam que todos são diferentes.

A autora relata que alunos surdos, cegos, com paralisia cerebral, apresentam sempre acentuadas dificuldades de aprendizagem, mas não por isso, esses alunos não podem aprender eles dependem de recursos humanos, financeiros, tecnológicos e dentre outros que são favoráveis para a remoção destas barreiras. E isso depende também das políticas públicas e recursos disponibilizados para melhor atender esses alunos.

É dever de toda sociedade eliminar e resolver as barreiras, pois são todos criadores de preconceitos que geram exclusões. As leis direcionadas a proposta inclusiva garantem que todos os alunos devem ser matriculados e frequentar turmas de ensino regular, mas na realidade as coisas nem sempre funcionam assim. Isso está atribuído a falta de conhecimento e formação de professores, ou até mesmo medo e insegurança da parte da família. Esse ponto no que diz respeito a formação de professores é importante para ser revisto quando se refere em trabalhar com educação inclusiva e também a família que é importante ser acompanhada e acolhida no âmbito escolar, para que ela possa conhecer essa proposta de trabalho e possa se sentir mais segura em relação ao seu filho inserido na escola. Edler (2004) ressalta que:

Os professores da educação básica, em geral, declaram-se despreparados para o processo de ensino-aprendizagem desse alunado, mas pouco questionam acerca da influência do tradicionalismo da prática pedagógica sobre os elevados índices de fracasso escolar dos alunos, mesmo dos ditos normais (EDLER 2004, p.121).

É comum confundir a inclusão com inserção, ou seja, inserir esses alunos para cumprimento da lei, que determina que as crianças com deficiência

tenham que estar inseridos na classe regular de ensino. Atualmente a exclusão existe, mas muito já se avançou, pois desde o princípios da educação a exclusão de pessoas existia de maneira mais rigorosa, pois haviam situações que essas pessoas não tinham nem a oportunidade de ingressar no sistema educacional. Não deixando de ressaltar que muitos alunos deficientes ainda são considerados como alunos “com defeitos”, onde são intitulados como responsáveis pelo fracasso escolar e por suas dificuldades, sendo que eles estão ali na classe porque precisam de ajuda com todos outros para aprender.

A autora nos traz alguns aspectos com questões mais selecionadas, onde a mesma interpretará as opiniões dos professores extraídas de suas perguntas e das observações escritas e a ela encaminhada.

O primeiro aspecto diz respeito à origem das barreiras enfrentadas pelos alunos, por suas famílias e pelos educadores. A maioria dos questionamentos relacionados às barreiras estão voltadas para o aluno e suas características. Nos comentários da autora ela afirma serem necessários os professores localizarem as necessidades apresentadas pelos alunos em sala de aula, para que não sejam os maiores responsáveis pelas suas dificuldades de aprendizagem. Em algumas situações, a família também é colocada como barreira por não querer ajudar achando que o único responsável pela educação de seus filhos é a escola. Na história da educação os pais sempre são chamados para receber reclamações de seus filhos, mas nunca para construir as didáticas e estratégia escolares dos mesmos. Professores se queixam de sua formação, onde não foram preparados o suficiente para realizarem o trabalho na diversidade, pois mal examinaram o tema teoricamente, e muito menos nas práticas. A autora atribui algumas dificuldades enfrentadas pelos professores na qual eles se tornam mais resistentes a respeito dessas mudanças onde ela coloca que:

Concordo que o sistema educacional também cria barreira, porque nossos professores precisam trabalhar em mais de uma escola, devido aos baixos salários que recebem. As condições em que ensinam, também não são das mais favoráveis o que os leva a se sentirem cansados e desmotivados (EDLER 2004, p. 123).

Atualmente essa é a realidade, os professores se desdobram em mais de uma escola para seu sustento financeiro. Com isso, esses professores se

sentem realmente afrontados em ter que enfrentar uma mudança para o trabalho da diversidade onde requer de imediato mudanças nas ações pedagógicas em sala de aula. As injustiças sociais e econômicas ainda existem no país e são causadoras de inúmeras barreiras: “a perversa desigualdade de oportunidade, principalmente para os alunos oriundos das camadas populares”. (EDLER, 2004, p.123).

Outro aspecto é a relação entre as barreiras e a produção do fracasso escolar, que pode ser considerado como consequência das barreiras existentes. Em relação ao fracasso escolar, os alunos ainda são considerados com responsáveis e são rotulados como poucos inteligentes, com problemas de comportamento e oriundos de família pobres. A autora expõe que poucos professores admitiram que devesse haver outras causas sem ser o aluno responsável pelo fracasso escolar. Nos comentários ela aponta que sentiu nas escritas dos professores um pouco de esperança de evolução da escola elitista para a escola desejada: uma escola libertária que desenvolva a plena cidadania de todos. A escuta dos alunos seria um passo para a melhoria da educação, pois deseja-se uma escola democrática, onde as práticas democráticas deixem de ser centradas no professor e passem a centrar também nos alunos e familiares. No que diz respeito sobre as teorias de aprendizagem Edler descreve que:

As modernas teorias sobre aprendizagem e desenvolvimentos humanos têm nos apontado inúmeras estratégias que podem tornar a escola um espaço de convivência agradável, de construção de conhecimentos e de apropriação dos bens culturais da humanidade, de forma mais prazerosa. Não só para os alunos, como para todos que trabalham nas, ou para as escolas, sejam os educadores, os funcionários administrativos, as famílias e a comunidade (EDLER, 2004, p. 124).

As modernas teorias sobre aprendizagem e desenvolvimento humano são propostas voltadas para um melhor espaço educacional que visa o bem estar dos alunos e todos envolvidos na educação. Com tudo, tentando afastar a insegurança tanto dos alunos e familiares quanto dos profissionais.

A autora inicia outro aspecto relatando que inúmeras foram as dúvidas quanto a quem cabe remover as barreiras no sistema educacional. No entanto, ela não apontou um responsável para essa função, e percebeu que os professores não se incluem como responsáveis, ou seja, disponíveis a lutarem

para eliminar as barreiras, justificando precisar de apoio e ajudas. Nos comentários, a autora expressa que todos estão incumbidos em eliminar as barreiras desde o porteiro da escola até os que ocupam postos de chefia. As barreiras podem ser eliminadas através de um senso comum de que todos são dependentes uns dos outros. Necessita-se de estratégias que ajudem a eliminar essas barreiras de forma que não pese só para um, mas que seja um trabalho conjunto. Em relação às barreiras curriculares, a autora afirma ser preciso adaptação de currículos para que haja a aprendizagem e a participação da diversidade em sala de aula. Finalizando este aspecto fica esclarecido que cabe a todos e ao poder público em particular a luta para remover as barreiras ainda existentes, para a garantia do acesso e permanência de todos nas escolas.

Finalizando os aspectos trazidos, a autora traz uma questão muito importante quanto ao processo avaliativo. Ela relata que os procedimentos avaliativos de modo geral giram em torno do diagnóstico do caso e da importância de ter acesso ao laudo pós-exames médicos e principalmente do psicológico. Mesmo com muitas mudanças após as divulgações das Diretrizes das novas abordagens em relação à classificação das dificuldades de aprendizagem, ainda existe preconceitos. Nos comentários, o diagnóstico como prática é apontado como uma barreira a ser enfrentada para implementação da educação inclusiva. Contudo, essa proposta tem como objetivo básico que a escola é para todos e com todos independente de qualquer que sejam as características individuais. A autora relata que educadores que se dedicam a estudos sobre avaliação tem produzido amplos estudos voltados para o planejamento e para as mudanças, e que as avaliações sejam para transformar e não mais para rotular. O maior avaliador é o professor que convive cotidianamente com os alunos e não nos gabinetes de diagnóstico que trabalham em curtos períodos descontextualizando o dia a dia escolar dos alunos. Edler (2004, p. 129) afirma que "Concordo e afirmo que, para remover barreiras para a aprendizagem e para participação, a avaliação deve ser um processo compartilhado e desenvolvido, preferencialmente, na escola."

Em concordância com a afirmação acima, é na escola que o aluno desenvolve suas habilidades educacionais e são os professores, gestores e coordenadores que avaliam o seu cotidiano escolar. Assim tendo a maior

disponibilidade de avaliar, segundo as suas observações e não os diagnósticos apresentados por profissionais que não tem um devido acompanhamento para diagnosticar às dificuldades de aprendizagem educacional destes alunos.

A autora deste livro *Educação Inclusiva com os Pontos nos "Is"*, leva a entender e refletir as idéias e sentimentos em torno da educação inclusiva e mostra que, com esforço é possível uma educação de qualidade que atenda a todos sem discriminação.

Inúmeros outros elementos são pertinentes para a reflexão sobre o que é a educação inclusiva e sobre o como implementá-la. Embora essas reflexões já estejam na "ordem do dia" desde algum tempo, ainda há muito que fazer juntos, cooperativamente (EDLER 2004, p. 75).

A inclusão de alunos numericamente e sem resultados deve ser superada. Profissionais comprometidos deve superar seus medos, confiar no seu potencial e apostar em resultados que as mudanças produzem, passando assim, a refletir e repensar em suas práticas pedagógicas. É uma necessidade a evolução da educação inclusiva onde possa efetivar o processo de inclusão de forma bem sucedida, pois o conhecimento evolui e todos precisamos nos renovar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho monográfico pretendeu discutir sobre inclusão escolar através de uma revisão de literatura na qual referenciamos em documentos norteadores das políticas que abordam a prática da educação na proposta inclusiva. Assim, pode-se constatar que esses autores seguem uma mesma linha de conceitos comuns de equidade, diversidade, educação para todos e com todos. A escola precisa ser pensada como um espaço que acolha a todos, e que também ofereça respostas educacionais que promovam a aprendizagem tanto dos alunos sem deficiência quanto aqueles que têm necessidades educacionais especiais, respeitem as diferenças de maneira que o aprendizado do aluno seja de forma prazerosa e que as práticas pedagógicas precisam ser ressignificadas para que possam atender às necessidades individuais de cada aluno.

Não há dúvidas de que todos os estudantes têm direito a uma educação de qualidade. Desse modo, a construção dessa caminhada de estudos ajudou a compreender melhor o processo da inclusão como mudanças no âmbito escolar. No Brasil, a política de inclusão escolar é um processo que está a cada dia tomando forma e reconhecendo o direito de todos os alunos. Estes devem estar matriculados na rede de ensino regular. Essa política aponta que as escolas devem acolher todos os alunos e trabalhar com as diferenças.

A adaptação dos alunos com necessidade educacionais especiais não é fácil, pois requer preparação dos professores e das instituições. Assim, inserir o aluno na sala regular não é suficiente. É fundamental garantir a inserção, permanência e promoção escolar desses alunos. É preciso atender o que realmente eles necessitam e no momento em que demandam as suas necessidades, não existe inclusão se não atender as suas necessidades. Com os estudos e reflexões realizados pôde-se concluir que para garantir o que define a lei é necessário colocar em prática.

A inclusão compreendida como reflexões dos estudos consiste em aceitar e valorizar as diferenças e a diversidade que caracteriza a existência humana. Através dessa compreensão é possível prosseguir na criação de uma escola de qualidade para todos. A proposta da educação inclusiva vem

como mudanças para todos e com todos e deve acontecer de maneira que contemple o diálogo com os pais e/ ou responsáveis pelos alunos, professores e gestores. Para que os pais se sintam convocados a contribuir com a escola, é preciso que valorize sua presença tanto quanto dos filhos, pois é fundamental mostrar a esses pais que a escola necessita do seu apoio e que eles fazem parte do processo de inclusão. É de suma importância que a escola acolha esses estudantes fazendo o que estiver ao seu alcance para melhor lhes atender e que os mesmos possam usufruir dos mesmos direitos dos demais alunos. Dessa maneira a construção do projeto político pedagógico das escolas deve contemplar a participação dos pais e/ ou responsáveis pelos alunos.

A inclusão é uma inovação que implica esforços de todos, como vistas nas obras dos autores Mantoan; Beyer e Edler que defendem esta proposta. Assim, barreiras oriundas à inclusão precisam ser quebradas.

Os professores independentemente de classes, turmas e séries precisam de formação continuada, pois o processo da educação inclusiva implica mudanças constantes. Na verdade, não é necessário de novos professores para enfrentar as propostas inclusivas, e sim de professores dispostos às mudanças que o convívio com as diferenças provoca. É preciso que professores juntamente com os outros profissionais da escola repensem as práticas pedagógicas a fim de oferecer uma escola de qualidade para todos. A preparação docente acontece no dia a dia no convívio com as diferenças e aos poucos de forma progressiva. A convivência com a diversidade traz um desafio constante. É justo que se pense em eliminar as barreiras que surgem como impedimentos para uma educação que seja de todos sem uma separação ou discriminação.

O atendimento educacional especializado paralelo ao ensino comum é uma proposta mais atual trazido como possibilidade de oferecer uma grande contribuição para o processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais. Quando oferecido de maneira correta e eficiente nas instituições pode obter resultados de grande valor, por que esses atendimentos oferecem suporte para o ensino regular. Também pudemos constatar que o atendimento educacional especializado é fundamental para a eficiência da aprendizagem e deve ser ofertado para contribuir com o rompimento de barreiras que surgem no âmbito escolar.

É possível afirmar, portanto, que a construção desse estudo monográfico possibilitou a compreensão do que é a proposta de uma educação de qualidade para todos nos dando o ensejo de concluirmos a graduação com uma perspectiva de trabalho voltado para a Educação Inclusiva. Vale ressaltar a importância da união no trabalho que envolve todo segmento da escola: gestores, docentes, pais, profissionais da área administrativa e os próprios educandos. Para que a inclusão aconteça desde o momento em que a criança adentra na escola e é recebida pelo porteiro, no momento que faz o lanche e interage com as merendeiras, quando dialoga com os gestores, coordenadores e diretores, todos são responsáveis pela inclusão e não sendo só de responsabilidade exclusiva dos professores.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. EDLER. Educação Inclusiva com os Pingos nos Is. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

BEYER, H. OTTO. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.793 de dezembro de 1994. **Dispõe da complementação dos currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Último acesso: 15 de agosto. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Último acesso: 15 de agosto. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC. SEESP, 2001. 79p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Inclusão. **Revista da Educação Especial**. Brasília. v. 1, n.1 (out. 2005). ISSN 1808-8899. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=437-revista-inclusao-n-6-1&category_slug=documentos-word&Itemid=30192. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 10 ago. 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna. 1ª ed. 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. (1994). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2018.